

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes
1º Fórum Integrador
Belém, 9 de agosto de 2016

Roda Temática Instrumentos Financeiros

Facilitação: Carolina Derivi e Paula Peirão (FGV) e Laura Oller (IFC)

Os participantes da roda temática foram apresentados ao desenho básico da proposta que amadureceu no interior do Grupo de Trabalho (GT) sobre instrumentos financeiros: um fundo socioambiental, dotado de institucionalidade e gestão próprias, capaz de aportar recursos para o desenvolvimento local em fases críticas – antes do início das obras e com olhar de adaptação e aproveitamento de oportunidades para depois de concluído o empreendimento – num ambiente de governança que propicie maior transparência, coordenação e eficiência dos investimentos.

São muitas as análises que levaram à conformação de uma proposta nesses termos. Resumidamente, entende-se que é primordial viabilizar um planejamento territorial prévio que possibilite a antecipação de medidas capazes de amenizar ou evitar impactos previsíveis, e são necessários recursos para tanto. Mais que isso, porque a maior parte dos investimentos que as localidades recebem se concentram no período de instalação, motivados principalmente pelo licenciamento ambiental, pouco se coordena a alavancagem dessa fase relevante para o desenvolvimento local no longo prazo. Também se percebe tipicamente a fragmentação dos investimentos, com decisões sendo tomadas em negociações bilaterais, de baixo controle social.

O debate ficou concentrado nos aspectos relativos à **captação de recursos** e os desafios de garantia para potenciais investidores e doadores e também nas **pautas prioritárias** a serem trabalhadas pelo fundo. **Infraestrutura** e **cadeias produtivas locais** foram os temas mais mencionados, sendo o primeiro prioritário para uma fase antecipatória e o segundo, alvo constante de aprimoramento e apoio, mas com um olhar sobre o **fortalecimento da**

autonomia local para a geração de renda, evitando-se a “síndrome da descontinuidade” que ocorre quando há excessiva dependência de recursos externos. De um modo geral, ressaltou-se que a cesta de projetos deve combinar o mapeamento tanto de carências pré-existentes, quanto do potencial e das vocações econômicas da região em que se pretende atuar.

Outro tema apoiado pelos presentes como prioritário foi o de **participação e controle sociais**, o que envolveria capacitação de atores e lideranças assim como apoio a espaços de governança e monitoramento, em diversos âmbitos, sempre primando pela **inclusão da diversidade cultural**.

Muitas ideias foram aventadas para o **aporte inaugural de capital**: um *pool* de empresas com projetos e operações numa mesma região, uma iniciativa de financiadores de um mesmo setor empresarial em complementaridade com políticas públicas, mudanças regulatórias que permitissem atrelar os investimentos antecipatórios ao contrato de concessão – a exemplo de hidrelétricas – de modo que o fundo pudesse ter o seu investimento restituído pelo empreendedor em cada caso. Em todo o debate sobre participação do setor empresarial, frisou-se que o maior atrativo é a **redução dos riscos** que a implantação de um grande empreendimento em desarmonia com a sociedade local representa, o que poderia atrair também o investimento de seguradoras.

Mas também se ressaltou a necessidade de **diversificar fontes, carteiras e instrumentos**, até mesmo numa espécie de sistema de fundos, de modo a capturar um perfil mais amplo de possíveis doadores e investidores. Sugeriu-se o mecanismo do *matching fund*, em que a instituição recebedora de doações oferece sua própria complementação de valores como contrapartida, o que aumenta o capital disponível e o potencial de cativar parceiros. Em todos os cenários possíveis, entende-se que a **governança e a transparência** são as condições mais importantes para atração de investimentos.

A possibilidade de que o fundo possa absorver também recursos diretamente ligados às ações obrigatórias de mitigação e compensação de impactos foi discutida, mas o grupo entendeu que é preciso aprofundar mais a hipótese.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 90 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Planejamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais; Ordenamento Territorial e Biodiversidade; e Supressão Vegetal Autorizada.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos é debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações e ferramentas práticas. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais e das políticas públicas, bem como fortalecer o debate pela sociedade civil.